



João Paulo Coelho de Souza Rodrigues. A dança das cadeiras. Literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913). Campinas, Ed. da UNICAMP, 2001.

## **A política do fardão da ABL - Academia Brasileira de Letras foi palco de disputas políticas já na 1ª República**

*por Sérgio Amaral Silva*

No segundo semestre do ano passado, a Academia Brasileira de Letras voltou a atrair a atenção da imprensa e do público, quando se abriu a vaga da cadeira 23, com a morte do escritor Jorge Amado. Isso porque, na ocasião, focalizaram-se dois famosos pré-candidatos que há tempos aspiravam à chamada "imortalidade". A escolha acabou recaindo, quase por unanimidade, num nome que nesta eleição era considerado imbatível: o da viúva de Jorge, a também escritora Zélia Gattai.

Esses acontecimentos recentes não aparecem em *A dança das cadeiras*, que trata apenas dos primeiros anos da história da ABL, criada em 1897. A análise do autor João Paulo Rodrigues, formado em História Social da Cultura pela Unicamp, compreende o período que vai até 1913, a "idade heróica da ABL".

A idéia de fundar uma Academia no Brasil, inspirada na congênere francesa, surgiu em 1889, através de Medeiros e Albuquerque, então diretor de Instrução Pública do Ministério do Interior.

O projeto foi retomado em 1896 por Lúcio de Mendonça, ministro do Supremo Tribunal Federal. Nos planos originais, segundo um artigo inédito de Mendonça, encontrado no arquivo da ABL, a instituição seria criada pelo Estado, mediante decreto, e sustentada por verbas oficiais.

O necessário equilíbrio entre governistas e opositores, em especial quando o novo regime republicano ainda buscava se firmar, seria garantido por um engenhoso esquema: dos 40 acadêmicos, dez seriam nomeados por decreto e outros 20 escolhidos por esses; finalmente, os 30 membros elegeriam os restantes.

A pesquisa do autor revelou que Mendonça foi mais além em seus planos: chegou a listar quais deveriam ser os 39 primeiros acadêmicos... Outro defensor da Academia na época, o jornalista Carlos de Laet, propôs a data de 15 de novembro para sua fundação, para ligar "suavemente os membros da elevada corporação ao regime". As "paixões políticas", como se costumava dizer, deveriam ser deixadas do lado de fora da Academia: ali, como se fosse possível, os escritores se ocupariam apenas de literatura, zelando também pela integridade do idioma do Brasil.

Porém, o governo concluiu que não valia a pena investir na ABL: teria muitos custos e pouco benefício, não só porque acabaria abrigando desafetos, mas porque os próprios literatos reconheciam sua impopularidade, num país em que muito pouco se lia. Assim, um grupo de escritores decidiu fundar a Academia, em 20 de julho de 1897, escolhendo o consagrado Machado de Assis como primeiro presidente. Machado, Lúcio de Mendonça e Joaquim Nabuco praticamente dominaram a ABL até o fim de 1910.

Com a morte destes, abriu-se espaço para a entrada na Academia de "expoentes" da ciência ou da política, sem afinidade alguma com a literatura: foi o caso do médico Osvaldo Cruz, eleito em 1911, ou do Ministro das Relações Exteriores Lauro Müller, no ano seguinte. A vitória de Müller, que nunca tinha escrito um livro, provocou a renúncia do acadêmico José Verissimo.

A partir daquelas eleições, pessoas ligadas ao poder acabaram entrando para a ABL sem um currículo literário expressivo, especialmente nos períodos de autoritarismo político, abalando a credibilidade da instituição. Talvez os exemplos mais flagrantes sejam: Getúlio Vargas, eleito em pleno Estado Novo, e o general Aurélio de Lyra Tavares, ministro do Exército e membro da Junta

Militar que governou o país num dos piores momentos da ditadura, em 1969, e que publicou poemas com o singelo pseudônimo de "Adelita".

---

\* Publicado no JB Online, 02/05/2002  
Sérgio Amaral Silva é jornalista, economista e escritor.